



Comunicação COVID19
Ponto de situação 13 abril

Segunda, 13 de abril de 2020

ATUALIDADE



INFECTADOS CONFIRMADOS

16.934 CASOS DE COVID-19



349 CASOS DO QUE ONTEM

NÚMERO DE INFECTADOS SUBIU 2,06% %



ÓBITOS

535 VÍTIMAS MORTAIS



31 VÍTIMAS (+ 6,15%)

NORTE- 303

CENTRO-123

LISBOA E VALE DO TEJO- 96

ALENTEJO-0

ALGARVE-9

AÇORES-4

MADEIRA-0



277 CASOS DE RECUPERAÇÃO

3.264 AGUARDAM RESULTADOS

139.184 CASOS SUSPEITOS DESDE 1 JAN.

1.187 INTERNADOS (7%) / 188 em UCI (1,11%)

Número real de infetados em Portugal pode ser cinco vezes superior aos casos confirmados pela DGS- Imperial College.

Empresários e gestores pedem novas medidas para reabertura controlada da economia.

A comissão europeia para a Concorrência quer europeus a comprar participações em empresas da região para travar avanço chinês

Espanha. Um retorno ao trabalho sem quebrar a segurança do confinamento. As forças de segurança começam a distribuir 10 milhões de máscaras no transporte público.

Cientistas israelitas acreditam ter vacina para a Covid-19 dentro de três meses

França poderá prolongar confinamento pelo menos até 10 maio.

Produtores de petróleo acordam corte de 9,7 milhões de barris diários

Aulas à distância do terceiro período arrancam para 1,3 milhões de alunos na terça-feira



MANCHETES, DESTAQUES E PRIMEIRAS PÁGINAS DA IMPRENSA



Prioridade à covid-19 põe em risco doentes não urgentes. Controlo. Gel desinfetante só é eficaz se tiver 60% de álcool. Ensaio: “A pandemia e o capitalismo numérico”, pelo filósofo José Gil. Ranking - Portugal já é a 7.^a melhor democracia do mundo. Morreu Stirling Moss, um dos ícones da Fórmula 1. Charles Forsman, o autor de BD que deu ouro à Netflix. **(Online)**- A vida em quarentena: 14% dos portugueses passaram duas semanas sem sair de casa. A covid-19 mata menos nos países com pessoas vacinadas com a BCG? Famílias de pessoas com deficiência sobrecarregadas e com medo.



(Online) - Doentes não covid: "Não é possível fazer o que fazíamos antes". Covid-19. Negócios que se reinventam, gente que tenta sobreviver à crise na economia. Deco já recebe pedidos de quem não consegue pagar dívidas. Espanha volta à vida a partir de hoje.



Só 150 mil estão imunes ao vírus. Idosos podem ficar meses isolados. Enfermeiro de Aveiro salva a vida a Boris Johnson “Esteve sempre comigo”. Alunos contra cobrança de propinas. Pagamentos em dinheiro caem 31%. Cadeias sem remédios nem dinheiro. Costa no mercado com uma luva e sem máscara. Consumo de luz teve apagão de 24 horas.



Profissionais de saúde são dos mais mal pagos da Europa. Boris Johnson teve alta e agradeceu a enfermeiro de Aveiro. Fim das Medidas restritivas só quando

houver vacina. Famílias. Centenas de pedidos de apoios por falta de liquidez. Soltos pelo vírus. Futuro das empresas de segurança privada em risco. Poluição nas cidades reduzida a metade. Reciclagem. Lixo doméstico compensa quebra da restauração.



Heróis anónimos. "Quando ultrapassarmos isto estaremos exaustos"

Um dia com os piquetes de urgência. "Somo o INEM da eletricidade". Covid-19. Mais um dia de aumento controlado na "Suécia do sul". Helena Pilsas, embaixadora da Suécia em Portugal: "A nossa maneira de pensar apela muito à responsabilidade individual". Compras online. Consumo aumentou, mas burlas também.



Como as empresas estão a salvar a tesouraria. Linhas de crédito com novo valor máximo e mais tempo para pagar. Nos corredores do poder já se admite recessão de 10%. Número real de infetados deverá ser cinco vezes superior. Autoestradas. Pedidos de compensação avançam depois de junho. EDP estreia assembleia virtual dos "grandes". **(Online)** Vítor Bento: A dúvida é se a recuperação será em "U" ou em "V".



(Online)- Simulações. Quanto recebe um trabalhador independente com o apoio extraordinário do Estado? Já reparou que, em teletrabalho, trabalha muito mais? Saiba como doar parte do IRS para combater a pandemia do Covid-19. Estado duplica valor das linhas de crédito para as empresas. Centenas de famílias recorrem à Deco para saber onde cortar nas despesas.



(Online)-. "Estímulos deverão levar a uma forte retoma em 2021", antevê 'head of global economics' do Credit Suisse, Câmara de Cascais lidera gastos

das autarquias no combate à Covid-19. Aulas à distância do terceiro período arrancam para 1,3 milhões de alunos na terça-feira. 11 coisas que precisa de saber. Na semana em que o FMI divulga as projeções para a economia mundial, a China divulga a taxa de crescimento do PIB no primeiro trimestre do ano, sinalizando o impacto que o novo coronavírus teve na segunda maior economia do mundo. Por cá, o IGCP vai ao mercado financiar-se até 1.250 milhões de euros. Em Wall Street, os principais bancos norte-americanos apresentam os resultados do primeiro trimestre.



(Online)- Governo publica proibição de corte de serviços e mais 8 medidas.



(Online)- Que mundo vamos encontrar quando sairmos à rua? Há quase dois milhões de infetados no mundo e quase 115 mil mortos. 159 figuras pedem retoma gradual, mas com contenção. Itália quer abordar questão dos paraísos fiscais. Crimes perdoados: estrada e furtos qualificados.



(Online) Europa desaconselha férias de verão; EUA declaram calamidade geral. Covid-19. Cientistas israelitas acreditam ter vacina disponível dentro de três meses. Covid-19 em Portugal: já houve 225 detidos, 2019 lojas fechadas. Registo de nascimento disponível via internet a partir desta segunda-feira. Covid-19. Fármaco contra sarna e piolhos matou o vírus. Covid-19. Ventiladores triplicam em pouco mais de um mês.



(Online)- Já morreram mais de 112 mil pessoas em todo o mundo devido à covid-19. China com o número mais alto de casos desde março. Costa e Rio rejeitam bloco central e BE pede “clareza sobre o caminho a seguir”.



(Online)- Último dia de 'Páscoa em Casa'. Hospital de campanha em Ovar.

SÁBADO

(Online). Clínica de diálise mantém-se aberta apesar de vários casos de coronavírus. O nosso homem em Pequim. José Augusto Duarte transformou a embaixada na China em plataforma logística. Desbloqueia encomendas, contactos e transporte no meio da corrida mundial por material. Como um certificado de imunidade pode ser o passaporte para sair da quarentena.

VISÃO

(Online)- “À Covid-19 pode suceder-se uma Covid-20 ou 21”. Porque há crianças e jovens saudáveis a morrer da doença? A resposta pode estar no ADN.



Reportagem "Os Olhos Não Usam Máscara". Esta manhã, olhamos para lá da máscara dos profissionais do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, que lidou na primeira linha com os doentes infetados com Covid-19. Linhas de apoio duplicadas. Bancos impedidos de exigir garantias pessoais.



Do "lay-off" ao despedimento em 15 dias. A história das trabalhadoras de uma fábrica de sapatos. Projeto de produção de ventiladores acessíveis entra em fase de testes. Coronavírus. Campanha defende “máscara para todos”. ZERO quer que apoios às empresas tenham contrapartidas ambientais. Balanço "Operação Páscoa em Casa" - Operação "Páscoa em Casa" decorre ainda até à meia-noite de hoje.



Falta de coordenação na distribuição de material para os rastreios à covid-19. Diretor do serviço de patologia clínica do Hospital São João no Porto, alerta

para falta de coordenação na distribuição de material para os rastreios à covid-19. João Tiago Guimarães disse que os hospitais nunca foram ouvidos nesta matéria e acusou o Governo não ter ninguém especializado a coordenar prioridades nos rastreios.



117 detidos desde a renovação do estado de emergência. Operação Páscoa em Casa termina à meia-noite. Enfermeiro português que tratou Boris Johnson trabalha há quatro anos no Hospital de St. Thomas.



Covid-19: medidas de contenção serão necessárias até haver vacina. Mário Centeno vai estar hoje no Jornal das 8. Seleção dá metade do prémio de qualificação do Euro2020 ao futebol amador. Queima das Fitas de Lisboa será 'online'.

A PANDEMIA NA EUROPA E NO RESTO DO MUNDO

- Pandemia já matou mais de 112 mil pessoas no **mundo** inteiro.
- **Espanha** registou 517 mortes, nas últimas 24 horas, havendo até agora um total de 17.489 óbitos
- **Itália** com 431 mortes num dia, número mais baixo em três semanas. 19.899 mortes.
- **França** ultrapassa 14 mil mortos devido ao vírus.
- Número de curados na **Alemanha** supera novos casos diagnosticados (Total de 2.799mortes).
- **Reino Unido regista** mais 737 mortes e ultrapassa as 10.600.
- **Estados Unidos** registam mais de 1.500 mortos nas últimas 24 horas. (Total de 22.020 mortes e mais de 555 mil casos confirmados.
- Número de mortos do **Brasil** sobe para 1.223 e país regista 22.169 infetados.
- **China** regista 108 novos casos, número mais alto desde março.
- **África** com mais de 14 mil casos e 788 mortes.



FRASES DO DIA

“A expectativa de regressar à normalidade vai ter de ser sempre temperada até à descoberta da vacina por medidas de restrição, de contenção e de prevenção que não podemos, tanto quanto sabemos, eliminar por completo”, Marta Temido, Ministra da Saúde.

“Não deveremos abrandar este confinamento até iniciarmos esta curva descendente e não sabemos se esta curva descendente está próxima ou não. Ainda estamos neste equilíbrio e por isso temos de esperar.”, Rita Sá Machado, médica de saúde pública e Chefe de Divisão de Epidemiologia e Estatística da Direção-Geral da Saúde (DGS).

"Os 'Coronabons' farão o seu caminho, mas isso leva tempo", Jean-Claude Juncker, ex-Presidente da Comissão europeia.

“Os países mais endividados, como Portugal, vão ter dificuldades acrescidas para apoiarem o relançamento da sua atividade económica”, João Costa Pinto, ex-vice-governador do Banco de Portugal e ex-presidente do grupo Caixa Agrícola.

“Ao ver o desejo premente e angustiado dos políticos de certos países da Europa, de acabar, neste mês de abril, com o isolamento obrigatório para pôr a economia a funcionar, constata-se que se está a preparar tudo para voltar e retomar – por mais difícil que venha a ser – o estado de coisas anterior. A economia versus a saúde, como se tem dito, ou a vitória da economia contra a saúde (nos vários sentidos da palavra). O tecno-capitalismo voltará a funcionar, talvez não como dantes, talvez como “capitalismo numérico”, construindo rapidamente novas subjetividades digitais. Não escaparemos ao seu poder de preservação, autorregeneração e metamorfose. Resta-nos ver mais longe, e prepararmo-nos, com o máximo das nossas forças de vida: esta crise não é independente da crise ecológica que estamos já a viver e que em breve atingirá um patamar irreversível.

Aí, e porque para ela não haverá vacina, teremos todos de pôr radicalmente em questão o tecno-capitalismo e os seus modos de vida, se quisermos ter um (outro) destino na Terra.”, José Gil, filósofo.

“As epidemias aceleram mudanças e dinâmicas que seriam mais lentas. A praga do século XIV acelerou o fim do mundo feudal. Mas, por outro lado, no mundo romano, as epidemias dos séculos II e III abriram caminho precisamente ao feudalismo. Grandes epidemias são como experimentos na história. Por exemplo, a Hungria teve um processo antidemocrático de mudança que a epidemia pode ter acelerado. Mas, em países onde a democracia é mais avançada, talvez possamos esperar que as mudanças democráticas se acelerem, uma visão de que existem importantes valores públicos, como a saúde pública. É o caso da Itália, onde os cuidados com a saúde não estavam presentes no debate público, embora sejam cruciais e agora, com a pandemia, o fazem. Algo semelhante pode acontecer nos EUA.”, Emanuele Felice (Lanciano, 1977), economista e historiador, e chefe de economia do Partido Democrata Italiano

“Com o progresso, acreditamos que a natureza era dominada. Pois não! Grande estupidez”, Mario Vargas Llosa, Escritor, Prémio Nobel da Literatura.

“À medida que o autoritarismo se alastra, que as leis de emergência proliferam, à medida que nós sacrificamos os nossos direitos também estamos a sacrificar a nossa capacidade para deter o avanço no sentido de um mundo menos liberal e menos livre”, Eduard Snowden.

OMS DIZ QUE HÁ 70 VACINAS PARA A COVID-19 EM DESENVOLVIMENTO E 3 JÁ ESTÃO A SER TESTADAS

Numa altura em que várias empresas farmacêuticas lutam para tentar chegar a uma vacina que resulte no combate ao novo coronavírus, a que está numa fase mais avançada parece ser a CanSino Biologics, de Hong Kong. As outras duas que estão já a ser testadas em seres humanos pertencem às norte-americanas Moderna e Inovio Pharmaceuticals.

Enquanto estamos focados na pandemia...

Os incêndios na zona de exclusão de Chernobyl não dão trégua.

O incêndio que há dias devasta milhares de hectares na zona de exclusão da central nuclear de Chernobyl ainda não foi controlado. Os incêndios, que começaram na semana passada, já queimaram 3.000 hectares dentro do perímetro da central que sofreu a pior catástrofe nuclear da história, em 1986. Agora, os serviços de emergência trabalham incansavelmente para impedir que as chamas se aproximem desse perímetro cercado. Na área, com acesso altamente controlado, ainda eram detetados altos níveis de radioatividade, embora menores que após o acidente, devido à passagem dos anos. Agora, esses níveis atingiram o pico nessa área devido ao fumo, de acordo com medições das autoridades ucranianas.

Além disso, devido à mudança no vento, o risco de novos incêndios florestais aumentou e podem-se aproximar ainda mais da central, fechada há alguns anos, e ameaçar o perímetro da zona de exclusão. Há anos, que os especialistas questionam e preocupam-se com o fumo dos incêndios – frequentes nessa área – por estes poderem espalhar partículas radioativas quando arde a vegetação que absorveu a radiação da central.

Agora, essa preocupação é mais real. Embora as autoridades garantam que o fumo que chegará este domingo ou amanhã à região de Kiev não terá níveis absolutamente inseguros de radioatividade, segundo projeções de ontem do Centro Científico e Técnico do Estado para Segurança Nuclear e Radiológica.



VOLTAR AO TRABALHO DE MÁSCARA E MAIS 11 MEDIDAS. PERSONALIDADES PEDEM AO GOVERNO ALTERNATIVA AO ISOLAMENTO

- Uso obrigatório de máscaras por parte de toda a população para reduzir a transmissão do vírus. No caso de se verificar a escassez de máscaras, as mesmas devem ser confeccionadas em casa seguindo as instruções do Conselho das Escolas Médicas Portuguesas e de entidades internacionais como o Centers for Disease Control and Prevention (CDC) dos EUA.
- Diagnóstico precoce de COVID-19 testando todos os casos suspeitos num prazo máximo de 24 horas desde a manifestação dos sintomas, bem como a massificação da utilização de teste serológicos na população em geral;
- Desenvolvimento de sistemas de autonotificação para rapidamente identificar casos suspeitos de covid-19;
- Para cada caso positivo, e sob a supervisão da comissão de protecção de dados, solicitação, pelas autoridades de saúde aos operadores de redes móveis, da lista dos cidadãos que terão sido potencialmente expostos a risco de contágio, nos 14 dias anteriores à realização do teste entretanto confirmado positivo. Os delegados de saúde deverão notificar (por SMS ou contacto telefónico) cada cidadão em risco e conseqüentemente emitir um “certificado de isolamento profilático de 14 dias”, à semelhança do que já hoje é praticado;
- Isolamento obrigatório de todos os casos confirmados (positivos);
- Utilização de equipamento de protecção individual que confere protecção máxima para todos os profissionais de saúde, seja em zona covid-19 seja em zona não-covid-19 para evitar contágio de profissionais por doentes covid-19 que não se enquadrem na definição de caso suspeito em vigor;

- Capacitação de profissionais de saúde e de grupos específicos (em escolas/empresas/comunidade) para identificação precoce de casos suspeitos de COVID-19 na comunidade, e reporte às entidades de saúde competentes;
- Disponibilização de solução de base alcoólica em locais públicos com dispensador contactless;
- Manutenção de todas as medidas de distanciamento social que não tenham impacto económico, tais como o regime de teletrabalho sempre que possível;
- Ponderação individual do phase-out de cada medida de lockdown;
- Criar estrutura de laboratórios e médicos sentinelas para identificação de transmissão do vírus SARS-CoV-2;
- Decisão de abertura, consubstanciada, em qualquer circunstância, num plano integrado a desenvolver e que passará por efectivar novos investimentos no SNS, reforçar a economia, potenciar o nosso tecido produtivo nacional, salvaguardar o nosso sistema de ensino, garantir a segurança interna, para além das medidas de contenção da epidemia que a cada momento se considerem necessárias.

O PREÇO A PAGAR É SERMOS MAIS VIGIADOS?

Em poucos dias, o debate ficou subitamente mais próximo: em vez de discutirmos se é ético uma empresa controlar a frota dos carros através do GPS, debatemos se vamos escolher entre saúde e privacidade. A questão deixou de ser uma abstracção longínqua. Numa coisa há consenso. É preciso vigiar quem tem o poder de vigiar.

há anos que o Google sabe sempre onde estamos e milhões de cidadãos cultos e informados aceitam essa devassa sem pestanejar. Entre privacidade e conforto, a maioria escolhe a segunda. Será que no futuro, depois da pandemia da covid-19, a equação passará a ser “privacidade versus saúde”?

A pergunta não é nova, mas a escala desta crise dá-lhe uma aura de “agora”. Em Portugal, nos primeiros 19 dias do estado de emergência, assistimos a acontecimentos inéditos na relação que os cidadãos têm com o Estado: 141 pessoas foram detidas pelo crime de desobediência (um ritmo de 7,4 por dia), um presidente de câmara (Rui Moreira, do Porto) anunciou que “deixou de reconhecer autoridade” à directora-geral de saúde pública e um constitucionalista (Jorge Bacelar Gouveia) perguntou por que razão fecham as igrejas se os supermercados estão abertos. Há protestos e dúvidas expressos de forma mais ou menos elegante, mais ou menos contundente, mais ou menos furiosa. Há quem veja tiques autoritários nas instruções que recebemos do Governo e quem olhe para as medidas como uma reacção histórica do Ocidente rico e mimado. Portugal não é excepção.

Entre as velhas-novas perguntas, uma das mais discutidas é um clássico da “era do capitalismo de vigilância” (título do último livro de Shoshana Zuboff): e se, em vez do Google, for o Governo a saber sempre onde estamos? A interrogação traz outra agarrada: vamos aceitar ser mais vigiados em troca de maior protecção da nossa saúde, do mesmo modo que aceitámos ser mais monitorizados depois dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 em troca de maior segurança?

Habitúamo-nos a ceder os nossos dados privados a empresas cujos parceiros desconhecemos e cuja utilização final não controlamos. Fazemos isso para ler notícias, pesquisar na Internet, andar de carro, ver filmes, alugar apartamentos nas férias, ter descontos nas apólices de seguros e dezenas de outras acções banais.

Em poucos dias, porém, a fasquia subiu e o debate ficou subitamente mais próximo. Em vez de discutirmos se é ético uma empresa controlar a frota dos carros guiados pelos seus funcionários através do GPS, debatemos se vamos ter de escolher entre saúde e privacidade e ninguém vê isso como uma abstracção longínqua de um futuro tecnológico que ainda está para vir.

Ou será que esta é uma falsa questão?

“Não é uma falsa questão, é um dilema genuíno”, diz Daniel Ziblatt, professor de ciências políticas na Universidade de Harvard e co-autor de *Como Morrem as Democracias* (Vogais, 2018), recomendado como um dos melhores livros desse ano pelo ex-Presidente norte-americano Barack Obama. “Na Alemanha, está a debater-se a ideia de aplicar um programa de acompanhamento dos movimentos das pessoas através dos seus telemóveis e se o programa pode ser imposto pelo Governo ou se tem de ser opcional. O problema é que o programa só funciona se pelo menos 65% da população se inscrever. Um tribunal alemão acaba de decidir que o programa tem de ser opcional”, conta ao PÚBLICO Ziblatt, que foi apanhado em Berlim pelo “fechamento” criado pela pandemia. Confiante, o professor e investigador acredita que vão ser encontradas formas de “equilibrar as democracias liberais com medidas de protecção da saúde”. E esclarece: “Não estou a falar de instalar câmaras de vigilância dentro das casas das pessoas. Estou a falar de medidas razoáveis.”

O que são “medidas razoáveis”?

O que distingue uma medida razoável de uma não razoável? Ziblatt propõe três critérios: “1. Ser limitada no tempo; 2. Ter apoio das principais forças da oposição, consultadas previamente; 3. Ter uma razão de saúde pública genuína.” O contrário, sublinha, do que o primeiro-ministro Viktor Orbán fez na Hungria: “Ao proibir os media de ‘espalharem rumores’, Orbán não está a tomar medidas com base numa razão de saúde pública”, diz o professor de Harvard. “Com este tipo de critérios, podemos distinguir medidas que são uma ameaça real para a democracia, das medidas tomadas para proteger a saúde das populações.”

O sociólogo e cientista político norte-americano Robert Fishman, especialista em democracia e autor do livro *Democratic Practice – Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion* (Oxford University Press, 2019), também acredita que as sociedades vão encontrar “uma posição mediana que defende a saúde pública e, ao mesmo tempo, limita as incursões na privacidade ao mínimo necessário, temporariamente e com base em razões de saúde pública”.

Isso inclui, na sua visão, medidas para alguns inadmissíveis, como seguir os movimentos das pessoas através dos telemóveis. O sociólogo, que vive há anos em Barcelona e conhece bem a história política portuguesa, projecta a crise da covid-19 no futuro: “É razoável adoptar medidas incomuns durante esta crise de saúde, mas é prudente limitar a aplicabilidade das novas medidas no tempo e garantir que os direitos constitucionais e os procedimentos democráticos continuam a ter ‘saúde’”, sublinha ao PÚBLICO. “O simples facto de fazer-se a pergunta [sobre saúde ou privacidade] pode ajudar a limitar o perigo de um aumento excessivo e descontrolado dos poderes de vigilância dos Estados.”

Privacidade sim, mas...

“A questão não é falsa — é verdadeira e relevante”, concorda João Cardoso Rosas, professor de Filosofia Política na Universidade do Minho. “Dizia Isaiah Berlin que, em relação aos valores mais importantes, ‘não há mundo social sem perda’. Isso significa que nem todos os valores, como parece ser agora o caso do valor da saúde e do da privacidade, podem ser igualmente realizados numa mesma sociedade e ao mesmo tempo. Quando se reforçam os poderes digitais e biopolíticos do Estado, como o recurso ao big data fornecido pela localização dos telemóveis para determinar onde estiveram os pacientes infectados, a privacidade ligada à liberdade de movimento e às relações pessoais é diminuída.”

Mas...

Como aconteceu com quase todos os investigadores e pensadores ouvidos pelo PÚBLICO — em Portugal, Espanha, Alemanha e Brasil, a viver com e sem estado de emergência, mas todos fechados em casa —, esta é uma pergunta cuja resposta inclui um “mas”. Diz Cardoso Rosas: “O valor da privacidade é fundamental e é uma das bases dos sistemas democráticos e constitucionais. Mas é necessário decidir em cada caso, pesando prós e contras, se outros valores não são mais relevantes em determinadas circunstâncias ou determinados momentos. É o problema que se coloca quanto à instalação de câmaras de segurança nas cidades e espaços públicos.”

Se estas fossem conversas presenciais e colectivas, Desidério Murcho, professor de Lógica e Metafísica na Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil, talvez tomasse a palavra neste ponto. “Ao contrário do que é habitual, não vejo problemas relevantes num Estado que vigia cuidadosamente os seus cidadãos. Prefiro viver numa cidade com câmaras de segurança por todo o lado e não ser violado nem assaltado, do que viver cheio de privacidade e sê-lo. O perigo é legislar e controlar mal o que o Estado faz com os poderes de vigilância que tem. A vigilância em si não é um problema.”

Murcho, que vive há 12 anos no Brasil, aceita que esta “não é uma falsa questão”, mas sublinha que ela “sugere uma ideia enganadora”: “Não se trata de abdicar da privacidade, mas apenas de abdicar de alguns aspectos dela, para, em troca, ter melhores condições de vida. Não quero viver numa sociedade que, por respeito à irresponsabilidade moral e epistémica das pessoas, não vacina toda a gente contra o sarampo e depois eu sofro com uma doença perfeitamente evitável. É incoerente defender que o Estado deve ter o poder de declarar se duas pessoas estão ou não casadas, tem o poder de fazer as pessoas pagar impostos e tarifas difíceis de justificar, mas não tem o poder de nos proteger de pessoas irresponsáveis que decidem não vacinar os filhos devido a ideologias irracionais.”

O filósofo Viriato Soromenho-Marques, professor na Universidade de Lisboa e “ambientalista desde 1978”, é categórico na discórdia: “É uma falsa questão. A saúde pública está ameaçada por uma sociedade dominada por Estados, incluindo o chinês, que são instrumentos da elite neoliberal que desde há 40 anos atrelou a sociedade à lógica entrópica do mercado, repetindo, em escala amplificada, aquilo que Karl Polanyi diagnosticou em 1944, na sua obra sobre a formação do capitalismo e a crise que conduziu às guerras mundiais (A Grande Transformação). A falência dos serviços de saúde, mesmo na Europa ocidental, revela bem como tudo foi sacrificado, incluindo direitos humanos fundamentais, no altar do mercado mundial.” Se “deixarmos que as respostas autoritárias patrocinadas pela elite neoliberal se venham a impor”, conclui, “o que estará em causa amanhã não será a privacidade, mas liberdades básicas dos cidadãos”.

Vigiar quem pode vigiar

E hoje, o que devemos fazer? Numa coisa as sociedades democráticas estão de acordo: é preciso vigiar quem tem poder de vigiar. “Alguns governos certamente tentarão aproveitar esta nova crise para aumentar os seus poderes de controlo e limitar o exercício dos direitos dos cidadãos e das oposições”, diz Fishman. Em particular, governos com “aspirações pré-existentes” que nunca foram defensores entusiásticos dos direitos dos cidadãos. “Claramente, os defensores da democracia e da liberdade devem opor-se a essas tendências.”

Não é só a Hungria, a Roménia, a Turquia ou a China. Há risco de os Estados abusarem dos poderes de vigilância também nas democracias sólidas, alerta Ziblatt, que há anos estuda e compara democracias europeias. “Temos de estar vigilantes e não assumir que tudo funcionará por si só. Os activistas dos direitos civis, os freios e as limitações legais eficazes, o sistema de avaliação da justiça, as oposições democráticas fortes, oposições que são críticas e cépticas em relação a quem está no poder — tudo isso é crucial para garantir que o Estado não abusa dos seus poderes. Nunca devemos assumir que essas coisas existem por defeito”, diz Ziblatt.

É a seguir que o professor apresenta o seu “mas” de fundo: “Mas é muito importante distinguir medidas de saúde pública necessárias para proteger a população (como limitar o número de pessoas que podem estar juntas), de ataques genuínos à democracia (como limitar os media ou suspender eleições). É bastante perigoso confundir as duas coisas. Se não enfrentarmos a crise com medidas de saúde pública eficazes e a crise ficar fora de controlo, isso pode conduzir a uma crise grave para a democracia. Precisamos do primeiro conjunto de medidas para evitar o segundo.”

Em princípio, diz João Constâncio, professor de Filosofia na Nova e director do Instituto de Filosofia da universidade, “não há razão para crer que um poder exercido por um Estado verdadeiramente democrático não possa ser benigno”. No plano dos princípios, continua, “há razões para considerar [esse poder] mais benigno do que o poder de uma grande empresa privada, a qual não pode deixar de se reger pela lógica da maximização do lucro”.

Constâncio refere-se aos “poderes googlescos das grandes empresas digitais, como a Google e a Apple”, e diz que “seria desejável que tais poderes viessem a ser regulados e limitados por Estados democráticos”. “Infelizmente estamos longe de poder excluir o pior dos cenários: a conjunção de poderes privados e estatais igualmente sinistros.” Constâncio vê como real e “muito grave” o risco de se avançar para um “novo normal” pós-pandemia no qual os Estados têm fortes poderes de vigilância generalizados e incontestados pela maioria dos cidadãos.

Já o filósofo José Gil, autor do bestseller Portugal, Hoje: O Medo de Existir (Relógio d’Água, 2004), não parece muito preocupado: “É certamente um risco, não só para a privacidade, mas para a liberdade dos indivíduos. Mas não creio que o risco seja grande, porque, devido ao confinamento, a pulsão de sobrevivência que se manifesta hoje tem uma forte componente de desejo de voltar à vida livre, fora de casa — aquilo mesmo que a democracia assegura.”

A actual revolução tecnológica torna cada vez mais difícil “o equilíbrio entre a privacidade e a capacidade de vigilância do Estado para conter epidemias, crimes económicos, crimes comuns ou perturbações da ordem pública”, diz Cardoso Rosas. “O perigo [do abuso de vigilância] é real, mas os problemas e os conflitos de valores não podem deixar de ser considerados.”

Estado autoritário?

“É provável que esta crise promova várias novas linhas de tensão e desenvolvimento”, diz Fishman. “Os efeitos deverão fazer-se sentir nos sistemas políticos (o que se passa dentro das instituições políticas), mas também nas ideias — e nas práticas — dos cidadãos comuns.” O sociólogo antecipa dois cenários opostos: “Se nos concentrarmos nos Estados, esta crise pode aumentar o apoio a instituições públicas e gastos de natureza social. Mas também pode promover a tendência de alguns Estados de seguir uma agenda de ‘Estado forte’ de maior poder executivo. A crise da saúde mudará a dinâmica política e cultural, mas não será o fim da política. De modo nenhum. Diferentes forças políticas responderão de maneiras diferentes e muitos

debates futuros — e lutas políticas — concentrar-se-ão nestas questões. Ninguém sabe onde tudo terminará. Mas haverá diferenças de país para país.”

As tensões actuais entre governos centrais e locais prova a importância de consultar a oposição e outros órgãos e instituições, diz Ziblatt. “A consulta é absolutamente necessária para que as medidas necessárias e justificadas tenham legitimidade”. Mesmo em estado de emergência? “Um estado de emergência não impede que um primeiro-ministro telefone a um presidente de câmara a dizer ‘estamos a pensar fazer isto’ e revele os planos. É sempre bom consultar. Dito isso, não faz sentido dizer que se está a ameaçar a democracia porque se está a impedir agrupamentos de pessoas, durante um período limitado de tempo, quando é isso que os peritos em saúde pública dizem que devemos fazer e quando essas são decisões tomadas por governos democráticos. As democracias precisam de poder responder a situações de emergência. É importante haver acção determinada e não brincar dizendo que ‘temos o direito a estar juntos’, quando há um risco de saúde público genuíno. As pessoas têm de ter cuidado quando fazem essas acusações. É muito diferente de cancelar eleições, fechar parlamentos, limitar a liberdade de imprensa. Temos mesmo de saber distinguir entre coisas que ameaçam a democracia e medidas necessárias para proteger a saúde pública”, insiste Ziblatt.

O que nos diz a História sobre o impacto nas democracias nos pós-crises e pós-pandemias? “Estou menos preocupado com a pandemia e mais preocupado com a crise económica causada pela pandemia. A última grande pandemia, em 1918, a gripe espanhola, não teve um efeito devastador na democracia. Há pessoas preocupadas com a monitorização dos cidadãos, as restrições de circulação impostas às populações e se os governos vão abusar desses poderes no futuro. Quando há uma razão de saúde pública genuína para limitar a circulação das pessoas nos parques, não me preocupo muito”, diz Ziblatt. “A segunda fase da crise deverá ser a crise económica. Quando as pessoas sofrerem a sério por causa da economia, aí ficam mais dispostas a tolerar soluções não democráticas para resolver os problemas. Enquanto puderem ir à mercearia e tiverem dinheiro para comprar laranjas importadas de locais distantes do planeta, enquanto os serviços básicos funcionarem e enquanto não

houver desemprego maciço, pelo menos as velhas democracias estão a salvo. Também oiço que isto vai ser o fim da globalização — parece-me um exagero. Se houver uma crise económica, vai ser um enorme desafio, mas felizmente sabemos mais de economia do que sabíamos nos anos 1920.”

A palavra à filósofa Maria Filomena Molder: “Saíram pelo menos três artigos (26 de Fevereiro, 11 e 17 de Março) do filósofo italiano Giorgio Agamben, onde ele defende, já requentadas, as suas teses sobre a vida nua e o Estado de excepção. Para ele a covid-19 foi uma ocasião de truz para os governos ocidentais (estranhamente ignora os países asiáticos, sobretudo a China) realizarem finalmente o seu sonho, isto é, retirar de vez a liberdade aos cidadãos, confinando-os em casa e fechando todas as instituições onde essa liberdade se pode exercer, como é o caso das universidades. E assim, num passe de mágica, Agamben faz com que a realidade se adapte à sua tese. O que é uma falta de lealdade. Por outro lado, o conceito de privacidade não me interessa, o que já não é o caso dos conceitos de intimidade e comunidade e é em momentos de crise que a sua relação é mais premente, devido aos riscos provocados pela submissão às regras impostas e ao medo que elas veiculam, multiplicado pela produção mediática. É urgente estar alerta, não abdicar do poder de julgar, aquele em que a intimidade de cada um se entrelaça com a intimidade de qualquer outro, entrelaçamento a que Kant chamou ‘sensus communis’, um princípio de comunidade assente na imaginação.”

Ao falar-se de Estados autoritários que fecham fronteiras e impõem recolhimento, o professor Cardoso Rosas também vai directo a Agamben: “Há uma corrente do pensamento político contemporâneo de esquerda, curiosamente tributária de Carl Schmitt (o jurista de Hitler) e desenvolvida por Agamben, que considera fundamental a ideia de que a essência da soberania estatal consiste na possibilidade de aplicação do Estado de excepção e no conseqüente cancelamento das liberdades e dos freios e contrapesos constitucionais. Este tipo de ideias leva muitos a considerar que a instauração de estados de emergência ou estados de sítio deve ser recusada porque é uma espécie de caminho sem retorno para a ditadura. Na minha perspectiva, que é de defesa da democracia constitucional face à desconfiança desta esquerda radical (e

ao desprezo da direita autoritária), o recurso a medidas de carácter excepcional, como o estado de emergência declarado em Portugal, é por vezes uma necessidade de defesa da própria Constituição, mas em relação à qual devemos estar particularmente vigilantes. Ou seja, não há neste momento em Portugal ou noutros países democráticos uma deriva autoritária por causa das medidas especiais de combate à covid-19, nem nenhuma inevitabilidade no caminho para a ditadura. Mas há o perigo dessa deriva vir a ser reclamada ou propiciada pelos movimentos populistas de direita, especialmente na Europa.”

A bioeticista Maria do Céu Patrão Neves, da Universidade dos Açores, investigadora de Ética Aplicada e perita em ética da Comissão Europeia, concentra-se numa palavra: “O único exercício ético do poder é a responsabilidade e ‘responsabilidade’ significa ‘responder’. No caso do governo, responder às necessidades e expectativas dos cidadãos o que, no actual estado de pandemia, se exprime pela implementação das medidas adequadas para cuidar dos doentes e proteger a saúde de todos. As medidas devem ser proporcionais ao risco e creio que as acusações de autoritarismo decorrem de uma diferente interpretação do risco. Porém, tratando-se da saúde pública, esta interpretação do risco cabe mais aos representantes dos cidadãos do que ao cidadão individual. Situações excepcionais exigem medidas excepcionais.”

Proibir missas com público foi uma delas, não só em Portugal. Ziblatt tem dificuldade em perceber a relevância do debate sobre se isso limita a liberdade religiosa consagrada em muitas Constituições. O investigador responde que essa linha de argumentação — que também há na Alemanha e noutros países — é equivalente ao argumento do “medo do pânico”: “Trump dizia que o ‘pior é o pânico’ e que o ‘pânico é uma ameaça maior do que a doença’. Neste contexto, é de loucos fazer esse tipo de declarações. Noutros contextos, compreendo o medo do pânico. Mas não estamos a falar de pânico numa sala de cinema onde há fogo e as pessoas podem atropelar-se umas às outras se correrem aos gritos para a saída. Neste contexto, porque é que o pânico é uma ameaça, se há uma doença altamente contagiosa e o que se pede às pessoas é para ficarem em casa, onde podem passar o dia a ler na internet?”, pergunta Ziblatt.

“Em termos políticos”, diz Maria João Mayer Branco, professora de Filosofia na Universidade Nova de Lisboa, “esta pandemia coloca o problema dos limites ou mesmo um problema-limite: o problema do desaparecimento da espécie humana e da nossa impotência (científica, tecnológica, natural, moral, política...) em relação a essa possibilidade. Estamos a ter uma experiência colectiva dos nossos limites que nos coloca, pela primeira vez, e a todos ao mesmo tempo, diante da possibilidade da extinção da nossa espécie, e de uma possibilidade que não é só teórica ou especulativa, mas muito concreta, muito próxima. Dada esta experiência, o maior risco que corremos é não quereremos ver o que nos está a acontecer, não quereremos pensar, com toda a gravidade que o momento exige, que forma de vida colectiva — política, económica, civilizacional — nos pode dar algumas garantias de um futuro que a vida que temos vivido já não nos pode prometer. É a sobrevivência que está em jogo, mas evidentemente a mera sobrevivência não nos pode, não nos deve satisfazer. É a saúde que está em jogo, mas uma saúde que nos garanta, mais do que a sobrevida, a vitalidade a que devemos aspirar. Há riscos, sim, mas, como escreveu o poeta, onde está o perigo cresce também a salvação.”

O seu colega António de Castro Caeiro, professor de Filosofia Antiga e Fenomenologia na Nova, vai aos antigos para responder ao dilema: “A saúde para os estóicos não era boa nem má, podia ser boa ou má, conforme fosse bem ou mal usada. Por isso, se a vigilância da privacidade for para um bem maior, é uma boa questão. Se for um pretexto gratuito, é uma má questão. É um problema para o legislador.” Nas democracias, a forma como “o legislador” legislar e como os cidadãos responderem a isso, definirá o preço que vamos pagar. Nas ditaduras e regimes autoritários já está à vista.

Fonte: Público- Bárbara Reis

NA BATALHA CONTRA O CORONAVÍRUS, A HUMANIDADE TEM FALTA DE LÍDERES

O antídoto para a epidemia não é a segregação, mas a cooperação.

Muitas pessoas culpam a globalização pela epidemia de coronavírus e dizem que a única maneira de evitar novos surtos desse tipo é desglobalizar o mundo. Construam-se muros, restrinjam-se viagens, diminua-se o comércio. No entanto, embora a quarentena seja essencial para conter a epidemia no momento, o estabelecimento do isolacionismo a longo prazo causará colapso económico e não fornecerá nenhuma proteção genuína contra as doenças infecciosas. O oposto. O verdadeiro antídoto para uma epidemia não é a segregação, mas a cooperação.

As epidemias mataram milhões de pessoas muito antes da atual era da globalização. No século XIV, não havia aviões ou grandes navios, mas a peste negra se espalhou do leste da Ásia para a Europa Ocidental, em pouco mais de uma década, causou a morte de 75 a 200 milhões de pessoas, mais de um quarto da população da Eurásia. Na Inglaterra, 4 em cada 10 pessoas morreram. A cidade de Florença perdeu 50.000 de seus 100.000 habitantes.

Entre os que desembarcaram no México, em março de 1520, havia um único portador de varíola, Francisco de Eguía. Naquela época, é claro, não havia combis nem autocarros na América Central, nem burros. Apesar disso, até dezembro, a epidemia de varíola devastou toda a região e, segundo algumas estimativas, matou um terço de sua população.

Em 1918, uma cepa da gripe particularmente virulenta conseguiu-se espalhar em poucos meses para os cantos mais remotos do mundo. Infectou 500 milhões de pessoas, mais de um quarto da espécie humana. Estima-se que a gripe tenha matado 5% da população da Índia. Na ilha do Taiti, 14% morreram, em Samoa, 20%. Em conjunto, a pandemia matou dezenas de milhões de pessoas - talvez até 100 milhões - em menos de um ano. Mais mortes que a Primeira Guerra Mundial em quatro anos de brutais brutais.

No século desde 1918, a humanidade tornou-se cada vez mais vulnerável a epidemias, devido a uma mistura de população crescente e melhor mobilidade. Uma metrópole moderna como Tóquio ou Cidade do México oferece patógenos em áreas de caça muito mais ricas que a Florença medieval, e a rede mundial de transportes é muito mais rápida que a de 1918. Um vírus pode passar de Paris a Tóquio e México em menos de 24 horas. Portanto, deveríamos ter antecipado a possibilidade de viver num inferno infeccioso, com uma praga mortal após outra. No entanto, a incidência e as repercussões das epidemias diminuíram drasticamente. Apesar de surtos horríveis como a HIV e Ebola, as epidemias no século XXI matam muito menos pessoas do que em qualquer outro momento da história. A razão é que a melhor defesa que os humanos têm contra patógenos não é o isolamento, mas a informação. A humanidade está a vencer a guerra contra as epidemias porque, na corrida do contágio entre patógenos e médicos, o primeiro só pode recorrer a mutações cegas, enquanto o segundo se baseia na análise científica da informação.

Quando a peste negra ocorreu no século 14, as pessoas não tinham idéia do que a causou ou como curá-la. Até os tempos modernos, os humanos costumavam culpar os deuses raivosos, demónios do mal ou ares ruins pelas doenças, e não suspeitavam de bactérias e vírus. As pessoas acreditavam em anjos e fadas, mas não podiam imaginar que uma única gota de água pudesse conter toda uma frota de predadores letais. Portanto, quando a peste negra ou a varíola apareceu, o máximo que as autoridades podiam pensar era organizar orações em massa para vários deuses e santos. E isso não adiantou. De fato, quando as pessoas se reuniam para orações em massa, a infecção costumavam-se espalhar.

Durante o século passado, cientistas, médicos e enfermeiros de todo o mundo reuniram e trocaram informações que lhes permitiram entender o mecanismo de ação das epidemias e os métodos para combatê-las. A teoria da evolução explicou como e porquê novas doenças aparecem e as antigas se tornam mais virulentas. A genética permitiu que os cientistas examinassem o próprio manual de instruções do patógeno. Embora eles nunca tenham descoberto o que causou a peste negra na Idade Média, hoje os cientistas levaram não mais de duas semanas para identificar o coronavírus,

sequenciar seu genoma e desenvolver um teste confiável para identificar pessoas infectadas.

Quando os cientistas entenderam o que causa as epidemias, tornou-se muito mais fácil combatê-las. Vacinas, antibióticos, mais higiene e muito melhor infraestrutura médica permitiram à humanidade conquistar seus predadores invisíveis. Em 1967, havia 15 milhões de pessoas infectadas com varíola, das quais dois milhões morreram. Na década seguinte, uma campanha mundial de vacinação foi desenvolvida com tanto sucesso que, em 1979, a Organização Mundial da Saúde declarou que a humanidade a varíola havia sido completamente erradicada. Em 2019, nenhuma pessoa foi infectada ou morreu de varíola.

O que a história nos ensina sobre a atual epidemia de coronavírus?

Primeiro, dá-nos a entender que não podemos nos proteger encerrando permanentemente as fronteiras. Lembre-se de que as epidemias espalhavam-se rapidamente desde a Idade Média, muito antes da era da globalização. Portanto, mesmo se colocássemos as nossas ligações internacionais em pé de igualdade com as da Inglaterra em 1348, isso não seria suficiente. Se queremos um isolamento que realmente nos proteja, a era medieval não é suficiente. Teríamos que voltar à Idade da Pedra. Somos capazes de fazer isso?

Segundo, a história indica que a verdadeira proteção é obtida através da troca de informações científicas confiáveis e da solidariedade global. Quando um país sofre uma epidemia, deve estar disposto a compartilhar informações sobre o surto sinceramente e sem medo de uma catástrofe econômica, enquanto outros países devem poder confiar nessas informações e não repudiar a vítima, mas oferecer sua ajuda. Hoje, a China pode ensinar muitos países muitas lições importantes sobre o coronavírus, mas isso requer muita confiança e cooperação.

Essa cooperação internacional também é necessária para que as medidas de quarentena sejam eficazes. Quarentenas e isolamentos são essenciais para parar as epidemias. Mas, quando os países desconfiam uns dos outros e cada um pensa que

está sozinho, os governos não decidem tomar medidas tão drásticas. Se descobríssemos 100 casos de coronavírus no nosso país, fecharíamos imediatamente cidades e regiões inteiras? Em grande parte, depende do que esperamos de outros países. O confinamento das cidades pode levar à crise económica. Se pensarmos que outros países vão nos ajudar, teremos mais chances de tomar uma decisão tão radical. Mas, se acreditarmos que os outros países vão nos abandonar, certamente hesitaremos e quando agirmos será tarde demais.

Talvez a coisa mais importante que as pessoas precisam saber sobre epidemias seja que a disseminação da doença em qualquer país ponha em risco toda a espécie humana. A razão é que os vírus evoluem. Vírus como a coroa têm origem em animais, por exemplo, morcegos. Quando eles passam para os seres humanos, eles são mal adaptados aos seus organismos. Então eles sofrem mutações ocasionais, multiplicando-se. Normalmente são inofensivos, mas de vez em quando há uma mutação que se torna mais infecciosa ou mais resistente ao sistema imunológico humano, e então essa linhagem mutante espalha-se rapidamente pela população. Como uma única pessoa pode abrigar bilhões de vírus em duplicação constante, cada pessoa infectada oferece ao patógeno bilhões de oportunidades para se adaptar mais aos seres humanos. Cada portador é como uma máquina de jogo que fornece ao vírus bilhões de bilhetes de loteria, e é suficiente para o vírus que um deles seja um vencedor para chegar à frente.

Estas não são meras especulações. O livro de Richard Preston, Crise na zona vermelha, descreve uma cadeia semelhante de eventos na epidemia de Ebola de 2014. O surto eclodiu quando os vírus do Ebola saltaram de um morcego para uma pessoa. Eles eram vírus com os quais as pessoas ficavam gravemente doentes, mas ainda eram mais adaptadas para morar em morcegos do que em humanos.

O que fez o Ebola passar de uma doença relativamente rara a uma epidemia brutal foi uma única mutação em um único gene de um único vírus do Ebola numa única pessoa, em algum lugar na região de Makona, na África Ocidental. A mutação permitiu que a nova cepa - a cepa Makona - se ligasse às moléculas que transportam colesterol, que,

em vez do colesterol, começaram a introduzir o Ebola nas células. Como consequência, a cepa Makona tornou-se quatro vezes mais infecciosa.

É possível que, ao ler essas linhas, esteja ocorrendo uma mutação semelhante num único gene de coronavírus que se espalhe para alguém em Teerão, Milão ou Wuhan. Nesse caso, é uma ameaça não apenas para os iranianos, italianos e chineses, mas para todos nós. Pessoas de todo o mundo têm o mesmo interesse em não dar ao coronavírus essa oportunidade. E isso significa proteger todas as pessoas em todos os países.

Na década de 1970, a humanidade conseguiu derrotar o vírus da varíola porque todos, em todos os lugares, foram vacinados. Se um único país não tivesse vacinado sua população, poderia ter ameaçado toda a humanidade, porque enquanto o vírus da varíola existisse e evoluísse para algum lugar, ele sempre poderia se espalhar por toda parte.

Na luta contra vírus, a humanidade precisa monitorizar de perto as fronteiras. Mas não as fronteiras entre os países, mas a fronteira entre o mundo humano e o mundo dos vírus. O Planeta Terra está cheio de inúmeros vírus, e muitos novos aparecem e evoluem devido a mutações genéticas. A linha que separa essa esfera de vírus do mundo humano é encontrada dentro do corpo de todos os seres humanos. Se um vírus perigoso consegue cruzar essa linha em qualquer lugar da Terra, coloca em risco toda a espécie humana.

No século passado, a humanidade fortaleceu essa fronteira como nunca fez antes. Sistemas modernos de saúde foram construídos para cercar essa fronteira, e enfermeiros, médicos e cientistas são os guardas que patrulham e repelem os invasores. No entanto, a fronteira tem longos segmentos que, infelizmente, estão descobertos. Existem centenas de milhões de pessoas no mundo que não têm os cuidados de saúde mais básicos, e isso é um risco para todos. Estamos habituados a falar sobre sistemas de saúde de um ponto de vista nacional, mas fornecer melhores cuidados de saúde a iranianos e chineses também ajuda a proteger israelitas e americanos de uma epidemia. Isso deve ser evidente para todos, mas, infelizmente, é

algo que até algumas das pessoas mais importantes do mundo ainda não compreenderam.

A humanidade hoje enfrenta uma grave crise, não apenas devido ao coronavírus, mas também devido à falta de confiança entre as pessoas. Para superar uma epidemia, as pessoas precisam confiar nos especialistas científicos, os cidadãos precisam confiar nas autoridades e os países precisam confiar uns nos outros. Nos últimos anos, políticos irresponsáveis minaram deliberadamente a fé na ciência, nas autoridades públicas e na cooperação internacional. Então agora enfrentamos esta crise sem nenhum líder mundial capaz de inspirar, organizar e financiar uma resposta global coordenada.

Durante a epidemia de Ebola de 2014, os Estados Unidos desempenharam essa liderança. Ele também o fez durante a crise financeira de 2008 e conseguiu reunir países suficientes para evitar uma crise econômica global. Nos últimos anos, por outro lado, os Estados Unidos renunciaram a esse papel. O atual governo cortou a ajuda a organizações internacionais como a OMS e deixou bem claro que os Estados Unidos não têm amigos, apenas interesses. Quando a crise do coronavírus eclodiu, os EUA ficaram à margem e até agora resistiram a tomar a iniciativa. Mesmo que ele queira, a confiança no atual governo dos EUA foi corroída a tal ponto que poucos países estariam dispostos a ser guiados por ele. Seguiríamos um chefe cujo lema é " a América primeiro"?

O vazio deixado pelos Estados Unidos não foi preenchido por ninguém. O oposto. Xenofobia, isolacionismo e desconfiança são hoje as principais características do sistema internacional. Sem confiança e solidariedade globais, não seremos capazes de parar a epidemia de coronavírus e certamente veremos mais dessas epidemias no futuro. Mas cada crise também representa uma oportunidade. Esperemos que o presente ajude a humanidade a ver o grave perigo que a desunião constitui.

Por exemplo, a epidemia poderia ajudar a UE a recuperar o apoio popular que perdeu nos últimos anos. Se os membros mais afortunados da União forem rápidos em enviar dinheiro, suprimentos e pessoal médico rapidamente aos parceiros mais atingidos,

isso provaria o valor do ideal europeu melhor do que todos os discursos. Se, pelo contrário, cada país for administrado da maneira que puder, a epidemia poderá anunciar o fim da União Europeia. Neste momento de crise, a batalha crucial está a ser travada dentro da própria humanidade. Se a epidemia criar mais desunião e desconfiança entre os seres humanos, o vírus terá conquistado sua maior vitória. Enquanto os humanos lutam, os vírus multiplica-se. Por outro lado, se a epidemia produzir maior cooperação global, isso será uma vitória não apenas contra o coronavírus, mas contra todos os patógenos futuros.

Yuval Noah Harari, historiador e filósofo.

Fonte: El País

Uma investigação do **New York Times** revela que o presidente Trump foi alertado sobre o risco potencial da pandemia, mas que as divisões internas, a falta de planeamento e a fé nos seus instintos levaram a uma resposta tardia.

"De qualquer forma, isso vai ser mau. O tamanho projetado do surto já parece difícil de acreditar. ", escreveu um consultor médico sénior do Departamento de Assuntos de Veteranos, Dr. Carter Mecher, na noite de 28 de janeiro

Uma semana após o primeiro caso de coronavírus ter sido identificado nos Estados Unidos, e seis longas semanas antes do presidente Trump finalmente tomar medidas agressivas para enfrentar o perigo que o país estava a enfrentar - uma pandemia que agora está prevista para levar dezenas de milhares de vidas americanas - O Dr. Mecher instou os dirigentes da saúde pública do país a acordarem e prepararem-se para a possibilidade de uma ação muito mais drástica.

O Conselho de Segurança Nacional, responsável por rastrear pandemias, recebeu relatórios de inteligência no início de janeiro prevendo a disseminação do vírus para os Estados Unidos, e em poucas semanas estava a elaborar cenários e soluções como manter os americanos em casa do trabalho e fechar cidades do tamanho de Chicago. Trump evitaria tais medidas até março.